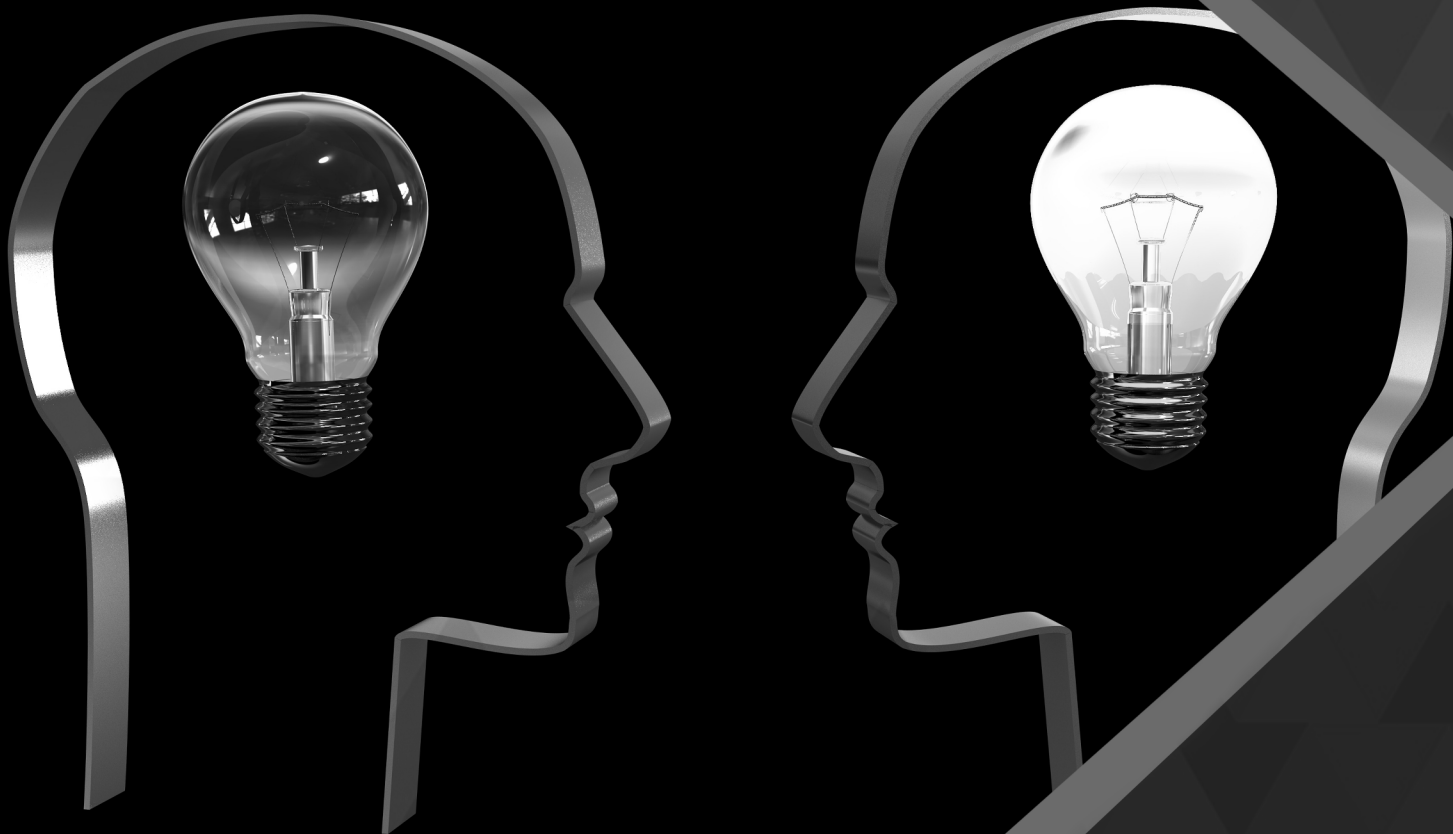


Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas

Atena
Editora
Ano 2020



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D611 Discussões interdisciplinares no campo das ciências humanas
 [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de
 Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-914-1
 DOI 10.22533/at.ed.141201301

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências
 humanas – Pesquisa – Brasil. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner
 Sousa de.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas, coletânea de vinte e dois capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute temáticas que circundam a grande área das Humanidades e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber.

Numa mistura entre música, dança, folclore e nordeste brasileiro, DIÁLOGO CRIATIVO: TECNOLOGIA, ARTE E NARRATIVA POPULAR, de Amanda Lopes Galvão, apresenta considerações para pensarmos coreografias além da dança em si. Ainda na música, COMPOSIÇÃO, INTERPRETAÇÃO E IDENTIDADE NA “CHORATA NO. 1” DE CARLOS ALMADA: CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES SOBRE ORALIDADE E ESCRITO DO “CHORO”, de Celso Garcia de Araújo Ramalho, Paulo Henrique Loureiro de Sá, Bartolomeu Wiese Filho, Marcus de Araújo Ferrer, Henrique Leal Cazes e Marcello Gonçalves, aborda composição, interpretação, além da interface teoria e prática do choro.

A arte e suas múltiplas formas de materialização ainda está presente em A POESIA COMO RECURSO IMAGÉTICO PARA COMPOSIÇÃO COREOGRÁFICA NA CRIAÇÃO DO ESPETÁCULO “PEQUENAS DANÇAS PARA NÃO ESQUECER”, de Victor Hugo Neves de Oliveira, Camila Aparecida M. Belarmino, Miguel Eugenio Barbosa Segundo e Taciana Assis Bezerra Negri, e em A ARTE RUPESTRE DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA ESCRITA E SUA RELAÇÃO COM A PAISAGEM, de Samanta de França Serrano, quando, no primeiro, é verificável os diálogos possíveis entre poesia, música e coreografia, e, no segundo, a arte rupestre, formas de marcação do homem para o tempo e a história, possibilita a interpretação e conhecimento do momento pré-histórico vivido. CAVALEIROS NO NOVO MUNDO: OS JESUÍTAS E A CONQUISTA DA AMÉRICA PORTUGUESA, de Marcus Baccega, resgata as contribuições de Inácio de Loyola para aferição da herança medieval a partir da colonização do espaço americano que teve significativa participação dos jesuítas.

Ensino, produção científica e políticas públicas encontram amparo em AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO ENSINO DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL, de Maria Priscila da Costa da Silva, Maria do Socorro de Sousa, Railane Bento Vieira Saboia, Andréa Pereira Rocha e Francisco Ricardo Miranda Pinto, REFLEXÕES SOBRE O STATUS DA LÍNGUA INGLESA NO ATUAL CONTEXTO GLOBAL E NO BRASIL, de Sylvia Cristina de Azevedo Vitti, CONCEITO DE CIDADE SAUDÁVEL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA, de Rochelle de Arruda Moura, José Airton Nascimento Diógenes Baquit e Karla Patrícia Martins Ferreira, PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCOMUNICAÇÃO NO BRASIL (ÚLTIMOS ANOS), de Isabel Mayara Gomes Fernandes Brasil e Maria Eleni Henrique da Silva, POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS E O NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL, de Simone Rezende da Silva, Tathianni Cristini da

Silva e Erika Megumy Tsukada, e O DESAFIO DA GESTÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: SOB QUAIS DIRETRIZES?, de Jussete Rosane Trapp Wittkowski e Stela Maria Meneghel.

Projetos de extensão e ações que envolvem a comunidade universitária como um todo são pontos de partida para contribuições como PROJETO DEZ: SOCIEDADE BENEFICENTE E DE AÇÃO SOCIOEDUCATIVO - SOBASE, de Cleonaldo Pereira Cidade, Charlene Ferreira dos Santos e Zenilda Rosa de Oliveira, O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DO SUJEITO DO CAMPO ALUZ DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM ESTUDO DE CASO NA EMEIF ODIL PONTES EM TOMÉ-AÇU/PA, de Ana Marcia Gonzaga Rocha e Rosileide de Jesus de Souza Melo, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ALUNOS QUE PARTICIPARAM DO PROJETO DE EXTENSÃO FÍSIOALEGRIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ICESP-DF, de Mauro Trevisan, José Geraldo C. Trindade, Milene Pereira dos Santos e Rudimila Santos Silveira, e DESAFIOS DA ACESSIBILIDADE NA GESTÃO E SERVIÇO EM ESTABELECIMENTOS ALIMENTÍCIOS LOCALIZADOS NO ENTORNO DA UFRPE-RECIFE, de Ana Karla de Melo Silva, Lais Celeste Vasconcelos, Ana Regina Bezerra Ribeiro, Maria Iraê de Souza Corrêa e Edenilze Teles Romeiro.

A inserção do sujeito mediante práticas de acesso junto a grupos minoritários é o foco em ESTUDO DE CASO SOBRE A INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO POR AGÊNCIAS DE RECURSOS HUMANOS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, de Erika Tamires Silva Ribeiro, Gabrielle Helbusto Horle Bongiovanni, Márcia Bianca Germiniani, Maria Jennifer Santos Vargas, Maximilian Espuny e Fernanda de Oliveira Silva, enquanto que em DIREITOS HUMANOS VERSUS CRIMINALIZAÇÃO DO USUÁRIO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, de Emilie Collin Silva Kluwen e Eveline de Sousa Landim, e VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA, de Criziene Melo Vinhal, expõem as relações humanas e os diálogos permeados com as ciências jurídicas.

Por fim, mas não menos importante, temos ITINERÁRIO BIOGRÁFICO E CARREIRAS DOS PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS ELITES ESTRATÉGICAS DO PODER ECONÔMICO, de Marcelo Gonçalves Marcelino e Gerson Laerte da Silva Vieira, que frisa a relação entre governança da principal e mais importante instituição financeira e econômica do país, o Banco Central do Brasil, como espaço marcado pela presença das elites nacionais na condução de suas ações.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DIÁLOGO CRIATIVO: TECNOLOGIA, ARTE E NARRATIVA POPULAR	
Amanda Lopes Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.1412013011	
CAPÍTULO 2	9
COMPOSIÇÃO, INTERPRETAÇÃO E IDENTIDADE NA “CHORATA NO. 1” DE CARLOS ALMADA: CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES SOBRE ORALIDADE E ESCRITA DO “CHORO”	
Celso Garcia de Araújo Ramalho	
Paulo Henrique Loureiro de Sá	
Bartolomeu Wiese Filho	
Marcus de Araújo Ferrer	
Henrique Leal Cazes	
Marcello Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.1412013012	
CAPÍTULO 3	26
A POESIA COMO RECURSO IMAGÉTICO PARA COMPOSIÇÃO COREOGRÁFICA NA CRIAÇÃO DO ESPETÁCULO “PEQUENAS DANÇAS PARA NÃO ESQUECER”	
Victor Hugo Neves de Oliveira	
Camila Aparecida M. Belarmino	
Miguel Eugenio Barbosa Segundo	
Taciana Assis Bezerra Negri	
DOI 10.22533/at.ed.1412013013	
CAPÍTULO 4	37
A ARTE RUPESTRE DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA ESCRITA E SUA RELAÇÃO COM A PAISAGEM	
Samanta de França Serrano	
Deusdedith Rocha Junior	
DOI 10.22533/at.ed.1412013014	
CAPÍTULO 5	57
CAVALEIROS NO NOVO MUNDO OS JESUÍTAS E A CONQUISTA DA AMÉRICA PORTUGUESA	
Marcus Baccega	
DOI 10.22533/at.ed.1412013015	
CAPÍTULO 6	71
AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO ENSINO DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Maria Priscila da Costa da Silva	
Maria do Socorro de Sousa	
Railane Bento Vieira Saboia	
Andréa Pereira Rocha	
Francisco Ricardo Miranda Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.1412013016	

CAPÍTULO 7	83
REFLEXÕES SOBRE O STATUS DA LÍNGUA INGLESA NO ATUAL CONTEXTO GLOBAL E NO BRASIL	
Sylvia Cristina de Azevedo Vitti	
DOI 10.22533/at.ed.1412013017	
CAPÍTULO 8	101
CONCEITO DE CIDADE SAUDÁVEL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Rochelle de Arruda Moura	
José Airton Nascimento Diógenes Baquit	
Karla Patrícia Martins Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1412013018	
CAPÍTULO 9	108
PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCOMUNICAÇÃO NO BRASIL (ÚLTIMOS ANOS)	
Isabel Mayara Gomes Fernandes Brasil	
Maria Eleni Henrique da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1412013019	
CAPÍTULO 10	121
POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS E O NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL	
Simone Rezende da Silva	
Tathianni Cristini da Silva	
Erika Megummy Tsukada	
DOI 10.22533/at.ed.14120130110	
CAPÍTULO 11	132
O DESAFIO DA GESTÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: SOB QUAIS DIRETRIZES?	
Jussete Rosane Trapp Wittkowski	
Stela Maria Meneghel	
DOI 10.22533/at.ed.14120130111	
CAPÍTULO 12	140
PROJETO DEZ: SOCIEDADE BENEFICENTE E DE AÇÃO SOCIOEDUCATIVO - SOBASE	
Cleonaldo Pereira Cidade	
Charlene Ferreira dos Santos	
Zenilda Rosa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.14120130112	
CAPÍTULO 13	145
O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DO SUJEITO DO CAMPO A LUZ DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM ESTUDO DE CASO NA EMEIF ODIL PONTES EM TOMÉ-AÇU/PA	
Ana Marcia Gonzaga Rocha	

CAPÍTULO 14 159

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ALUNOS QUE PARTICIPARAM DO PROJETO DE EXTENSÃO FISIOALEGRIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ICESP-DF

Mauro Trevisan
José Geraldo C. Trindade
Milene Pereira dos Santos
Rudimila Santos Silveira

DOI 10.22533/at.ed.14120130114

CAPÍTULO 15 173

DESAFIOS DA ACESSIBILIDADE NA GESTÃO E SERVIÇO EM ESTABELECIMENTOS ALIMENTÍCIOS LOCALIZADOS NO ENTORNO DA UFRPE-RECIFE

Ana Karla de Melo Silva
Lais Celeste Vasconcelos
Ana Regina Bezerra Ribeiro
Maria Iraê de Souza Corrêa
Edenilze Teles Romeiro

DOI 10.22533/at.ed.14120130115

CAPÍTULO 16 184

ESTUDO DE CASO SOBRE A INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO POR AGÊNCIAS DE RECURSOS HUMANOS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Erika Tamires Silva Ribeiro
Gabrielle Helbusto Horle Bongiovanni
Márcia Bianca Germiniani
Maria Jennifer Santos Vargas
Maximilian Espuny
Fernanda de Oliveira Silva

DOI 10.22533/at.ed.14120130116

CAPÍTULO 17 197

DIREITOS HUMANOS VERSUS CRIMINALIZAÇÃO DO USUÁRIO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Emilie Collin Silva Kluwen
Eveline de Sousa Landim

DOI 10.22533/at.ed.14120130117

CAPÍTULO 18 203

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA

Criziene Melo Vinhal

DOI 10.22533/at.ed.14120130118

CAPÍTULO 19	218
ITINERÁRIO BIOGRÁFICO E CARREIRAS DOS PRESIDENTES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS ELITES ESTRATÉGICAS DO PODER ECONÔMICO	
Marcelo Gonçalves Marcelino Gerson Laerte da Silva Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.14120130129	
CAPÍTULO 20	236
INTERDISCIPLINARIDADE FONOAUDIOLOGIA E EDUCAÇÃO PONTO DE PARTIDA PARA O TRABALHO COLABORATIVO	
Marília Piazzzi Seno Simone Aparecida Capellini	
DOI 10.22533/at.ed.14120130120	
CAPÍTULO 21	245
ESPAÇOS EDUCATIVOS UMA RELAÇÃO ENTRE ARQUITETURA E EDUCAÇÃO	
Eduardo Trovó Palmieri Katia Maria Roberto de Oliveira Kodama	
DOI 10.22533/at.ed.14120130121	
CAPÍTULO 22	257
<i>MITOPOIESIS</i> : RELAÇÃO ENTRE DIREITO, FILOSOFIA, RELIGIÃO E ARTES	
Paola Cantarini	
DOI 10.22533/at.ed.14120130122	
SOBRE O ORGANIZADOR	269
ÍNDICE REMISSIVO	270

REFLEXÕES SOBRE O STATUS DA LÍNGUA INGLESA NO ATUAL CONTEXTO GLOBAL E NO BRASIL

Data de aceite: 20/12/2019

Sylvia Cristina de Azevedo Vitti

Faculdade de Tecnologia de Piracicaba (FATEP)

Piracicaba – SP

<http://lattes.cnpq.br/7397900060132418>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar um panorama geral da língua inglesa no atual contexto global e no Brasil, com base em revisão de literatura e nosso conhecimento e experiência docentes. A globalização e a Internet impulsionaram a difusão do Inglês, uma importante ferramenta de comunicação para interação e intercâmbio entre povos diversos. Alçado ao status de língua internacional, ele é cada vez mais valorizado e exigido para a inclusão no mercado de trabalho, interação e ascensão pessoal e profissional. No Brasil, como em nível global, o seu uso está presente em quase todos os setores da sociedade. Atualmente, ele é ensinado em mais de 100 países e é considerado a língua oficial da educação acadêmica. O número de seus falantes não nativos já ultrapassou o dos nativos, o que coloca a questão da sua “desterritorialização” e o torna uma língua de todos os que o falam. O poder de alterar ou moldar a língua inglesa, doravante, está predominantemente nas mãos de seus usuários competentes, que chegam a

700 milhões e vivem em todos os continentes, dos quais menos da metade são falantes nativos.

PALAVRAS-CHAVE: Língua inglesa; Globalização; Língua internacional; Língua global; Língua franca.

THOUGHTS ON THE STATUS OF THE ENGLISH LANGUAGE IN THE CURRENT GLOBAL CONTEXT AND IN BRAZIL

ABSTRACT: This article aims to present an overview of the English language in the current global context and in Brazil, based on literature review and our knowledge and teaching experience. Globalization and Internet have boosted the spread of English, an important communication tool for interaction and exchange among different peoples. It has reached the status of international language and is increasingly valued and required for inclusion in the labor market, for interaction, personal and professional growth. In Brazil, as in global level, its use is present in almost all sectors of society. Nowadays, it is taught in more than 100 countries and is considered the official language of academic education. The number of non-native speakers has already surpassed that of native ones, which puts the issue of its "deterritorialization" into focus and makes it a language of all who speak it. The power to

alter or shape the English language, henceforth, is predominantly in the hands of its competent users, who reach 700 million and live on all continents, of which less than half are native speakers.

KEYWORDS: English language; Globalization; International language; Global language; *Lingua franca*.

1 | INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, dentre as chamadas línguas modernas, o inglês tem se destacado como um instrumento de comunicação que permite o trânsito para além das fronteiras linguísticas e geográficas. Com o advento da globalização e da Internet e com a massiva utilização da língua inglesa para comunicação através do globo, esta foi alçada ao status de língua internacional (MCKAY, 2002), ou global (CRYSTAL, 2003) ou língua franca (SEIDLHOFER, 2005). Esta vem sendo utilizada como um importante recurso de comunicação para favorecer a interação e o intercâmbio entre povos diversos, falantes nativos e não nativos desse idioma, através dos atuais meios de comunicação instantânea, superando fronteiras e interligando pessoas nos mais diferentes pontos do planeta, dentro do chamado fenômeno de “compressão espaço-tempo”, processo social pelo qual os fenômenos se aceleram e se difundem pelo planeta (HALL, 2006). Por isso em nenhum outro momento da história da humanidade a necessidade de uma língua comum foi tão premente.

Atualmente, a presença do idioma inglês é marcante na cultura ocidental, assim como em outras regiões do globo, permeando a vida cotidiana na maioria dos grandes centros urbanos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento e, também, em nosso país. Como atual língua internacional permite que falantes de línguas, culturas e identidades as mais diversas se comuniquem e entrem em contato através do uso da Internet, os quais se reúnem e interagem no espaço cibernético, espaço virtual em que a humanidade se reúne hoje, na fase da pós-modernidade (CARMO, 2002).

Como principal ferramenta de comunicação entre os mais diversos povos de distintas partes do globo, o inglês é considerado o idioma mais importante a ser adquirido na atual comunidade internacional, como língua franca da atualidade. Este é um fato incontestável e a situação parece irreversível. Essa situação, em consonância com nossa formação, nos levou a desenvolver as reflexões que aqui apresentamos. O objetivo do presente trabalho é apresentar um panorama geral da língua inglesa e seu status no atual contexto global e no Brasil com base em pesquisa bibliográfica, estudo da literatura pertinente e nosso conhecimento e experiência docentes.

Inicialmente, discorreremos acerca do atual status do idioma inglês no mundo contemporâneo; a seguir, expomos sua massiva disseminação em âmbito global e apresentamos os círculos de Kachru; depois, abordamos a utilização da língua inglesa na atual era da globalização. Na sequência, expomos brevemente a história e a trajetória da língua inglesa no Brasil. Encerramos com nossas considerações finais.

2 | A LÍNGUA INGLESA: STATUS DE LÍNGUA INTERNACIONAL

O anseio por uma língua universal é antigo e o desejo de criação de uma remonta ao século XVIII, ligado aos ideais do Iluminismo, segundo Di Luccio (2010). De acordo com esta autora, a busca por uma língua única de comunicação, que fosse neutra, também atendia a objetivos comerciais e religiosos e perdurou até meados do século XX. Das línguas artificiais até então criadas, destacou-se o esperanto, criado em 1887, pelo médico Dr. Ludwick Lejzer Zamenhof, original de Bialystok, que na época pertencia ao Império Russo, mas hoje pertence à Polônia. Embora o esperanto ganhasse milhares de seguidores em várias partes do mundo, o mesmo não chegou a firmar-se como língua universal (DI LUCCIO, 2010). Segundo a citada autora, os estudiosos que acreditavam na possibilidade de criação de uma língua universal perceberam que era inútil e mesmo ingênuo criar uma língua artificial e estática, que não sofresse alterações e acréscimos durante o seu uso ao longo do tempo. As línguas nascem dos gênios de povos distintos e são socialmente, historicamente e culturalmente transmitidas, além de serem dinâmicas e influenciáveis. Isso responde pela inviabilidade do projeto de criação de uma língua universal, pois há que se considerar a diversidade social, educacional, racial, política, econômica, geográfica, climática e outras, que existem entre os povos do mundo (DI LUCCIO, 2010). A autora informa que, a partir da segunda metade do século XX, a discussão acerca da criação de uma língua universal cedeu lugar à discussão da possibilidade de existência de uma língua internacional ou global. Diferentemente da língua universal artificial, a língua internacional tem como característica principal ser natural. Uma língua natural, ao ser extensivamente utilizada por um número muito grande de falantes, geralmente em função de fatores políticos e econômicos, pode ser alçada ao status de língua internacional ou global (CRYSTAL, 2003; DI LUCCIO, 2010).

A crescente propagação da língua inglesa a partir do século XIX até os dias atuais tem sido objeto de estudos por parte de muitos autores, como: Assis-Peterson e Cox (2007), Brumfit (2001), Crystal (2003), Di Luccio (2010), Longaray (2009), Mckay (2002) e Seidlhoffer (2003), dentre outros, que procuram esclarecer os motivos e fatores que contribuíram para a sua massiva disseminação e consequente elevação ao status de língua internacional da contemporaneidade.

Crystal (2003), conceituado linguista britânico, refere-se à língua inglesa como língua global e apresenta em sua obra uma análise da evolução e crescente uso da mesma ao longo dos séculos, até os dias atuais. Segundo ele, inicialmente, a propagação da mesma deveu-se ao crescente e exitoso colonialismo inglês, por causa do êxito das expedições feitas pela Inglaterra ao Novo Mundo. Com a colonização da América do Norte, a língua inglesa espalhou-se rapidamente pela colônia. No entanto, a expansão do domínio do inglês na América do Norte não se deveu somente à presença dos colonizadores. A partir do século XIX, um grande número de imigrantes veio para a América do Norte: irlandeses, alemães, italianos, judeus europeus e outros, que fugiam de seus países em busca de melhores condições de vida. Em decorrência disso, as diferenças culturais, econômicas e linguísticas aumentaram consideravelmente na colônia e a língua inglesa do colonizador passou a ser usada como a língua de comunicação entre os povos de cultura e línguas tão diferentes, que agora aí viviam. A língua inglesa expandiu-se rapidamente e também alcançou o norte, firmando-se no Canadá. Espalhou-se também para o sul, em direção ao Caribe, onde veio a sofrer modificações devido à influência dos escravos africanos, resultando em vários tipos de *pidgins* que, de acordo com Crystal, 2003, são línguas simplificadas adotadas para fins comerciais por várias comunidades e que combinam elementos de diferentes línguas.

Ela disseminou-se mais ainda com a colonização da Austrália, da Nova Zelândia e, mais tarde, da África do Sul, onde, atualmente, é uma das línguas oficiais (CRYSTAL, 2003).

A língua inglesa também teve um papel muito importante na Índia, a qual foi colônia do império britânico. Historicamente, os ingleses aí aportaram no século XVII como mercadores e impuseram e difundiram o seu idioma. O uso do mesmo ampliou-se com o estabelecimento das universidades de Bombaim, Calcutá e Madras, passando a ser considerado o idioma oficial da educação, o que resultou numa maior difusão e fortalecimento do uso do inglês no país, ao lado do hindi, língua oficial (CRYSTAL, 2003; LONGARAY, 2009). A língua inglesa ainda é adotada como língua oficial em Cingapura desde 1950, por questões econômicas e políticas, visando uma língua de comunicação única, onde antes eram faladas três diferentes línguas: malaio, mandarim e tamil. O inglês falado em Cingapura recebeu a influência de outras línguas locais, resultando no *Singlish*.

Crystal (2003) ressalta que a propagação da língua inglesa também está diretamente ligada ao desenvolvimento e poder tecnológicos da Grã-Bretanha, associados à Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX, quando mais da metade dos cientistas e inventores que fizeram aquela revolução trabalhava usando o inglês e as pessoas que viajavam para esse país (e para os Estados Unidos mais tarde) a fim de aprender as novas tecnologias tinham inevitavelmente de fazê-lo em inglês.

O século XIX viu o crescimento do poder econômico dos Estados Unidos ultrapassar com rapidez a Grã-Bretanha, com o crescimento espantoso de sua população acrescentando muito ao número de falantes de inglês no mundo (CRYSTAL, 2003).

O crescente poderio industrial, tecnológico e econômico da Inglaterra continuou a impulsionar a disseminação e uso da língua inglesa. A seguir, o crescimento político, econômico e social dos Estados Unidos da América no século XIX e XX levou ao fortalecimento e consolidação do inglês como língua de comunicação internacional, especialmente após a segunda grande guerra mundial, na década de 1940, quando esse país firmou-se como nação poderosa, econômica e politicamente. A supremacia econômica dos Estados Unidos no século XX fez com que a língua inglesa continuasse a se expandir, tornando-se preeminente na política, na economia, na imprensa, na propaganda, na radiodifusão, no turismo e viagens, e na educação (DI LUCCIO, 2010).

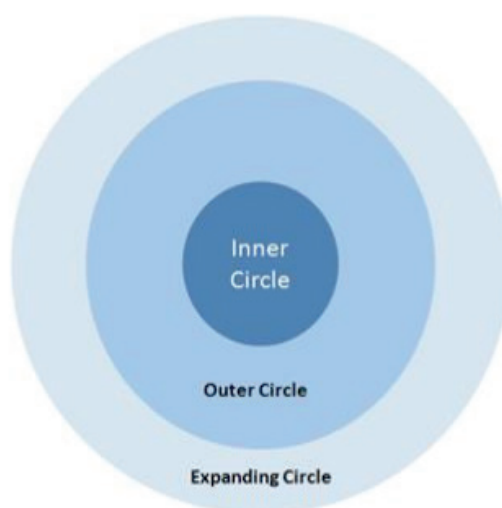
Crystal (2003) esclarece que a língua inglesa tornou-se língua oficial em vários países do mundo. Além do seu uso nos Estados Unidos da América e Grã-Bretanha, ela também é falada como língua oficial no Canadá, Austrália, Nova Zelândia e outros países da Commonwealth. Segundo ele, em levantamento apresentado em seu livro *English as a Global Language* (2003) o inglês já era adotado em mais de 70 países, fosse como língua materna, oficial ou semioficial, ou como língua ensinada nas escolas em caráter de bilinguismo ou multilinguismo. A maior parte dos falantes de inglês, como língua materna, estava concentrada nos Estados Unidos, com mais de 70% de falantes nativos. Di Luccio (2010), em estudo mais recente, relata que, atualmente, o inglês é ensinado como língua estrangeira em mais de 100 países, como: China, Rússia, Alemanha, Espanha, Egito, Brasil, entre outros. Em muitos desses países, esse ensino tem caráter obrigatório. Além disso, desde os anos 1960, a língua inglesa é dominante no meio acadêmico, sendo utilizada em publicações de artigos, em revistas acadêmicas e apresentações em congressos internacionais. Isso faz com que, atualmente, ela seja considerada indispensável na área da educação superior.

Com o advento da globalização e a massiva utilização do inglês para comunicação através do globo, o mesmo foi alçado ao status de língua internacional da contemporaneidade, a língua da globalização. Segundo Assis-Peterson e Cox (2007), existem algumas leituras ingênuas que procuram explicar a grande difusão da língua inglesa pelo mundo com base na simplicidade de sua gramática ou sua afinidade com a mídia, marketing e ciência, por exemplo. Por outro lado, também existem o que as autoras chamam de leituras críticas, ou seja, aquelas que desconfiam da neutralidade desse idioma e trazem à tona a consciência da dominação imperialista nesse processo de disseminação da língua. Phillipson (1992) é um dos autores que veem o fenômeno da disseminação do inglês pela via do imperialismo,

argumentando que sua hegemonia vinda do período colonial prossegue até hoje a favor da manutenção de interesses capitalistas e representa uma ameaça às demais línguas minoritárias. Uma terceira leitura do fenômeno da disseminação, segundo Assis-Peterson e Cox (2007, p. 08), consiste em tornar secundário o fato do idioma inglês ter sua origem associada ao imperialismo americano e britânico, argumentando que esse idioma [...] “mundializado se desprende de suas raízes e ganha existência própria como idioma desterritorializado, apto a ser camaleonicamente apropriado, ressignificado, reentoadado por falantes de diferentes línguas maternas” [...]. Vista dessa maneira, a língua inglesa não é somente a que domina e se espalha sobre as demais línguas, como já comentado. Ela própria não pode ser resguardada de ser influenciada, atravessada por outros idiomas, e este fenômeno pode ser observado em todo o mundo em tempos de globalização (ASSIS-PETERSON; COX, 2007; BRUMFIT, 2001).

3 | A DISSEMINAÇÃO DA LÍNGUA INGLESA E OS CÍRCULOS DE KACHRU

A notável disseminação do inglês constitui uma situação complexa e, na tentativa de esclarecê-la, o linguista Braj Kachru (1988, *apud* CRYSTAL, 2003, p. 61) elaborou uma figura composta por três círculos concêntricos, que representam a distribuição dos países em que a língua inglesa é falada de acordo com o seu grau de domínio e propriedade em diferentes regiões do globo. O “Círculo de Kachru”, como ficou conhecido, é apresentado abaixo:



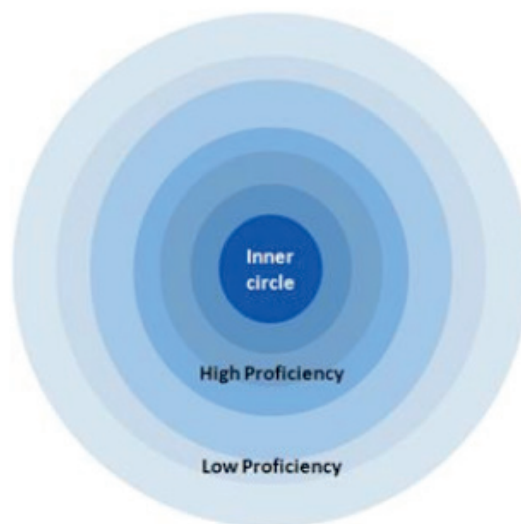
1º. Círculo de Kachru

Fonte: Crystal, 2003, p.61

O *Inner Circle* (Círculo Interno) comporta os países onde a língua inglesa tem o caráter de língua materna (Reino Unido, Estados Unidos da América, Irlanda,

Austrália, Canadá e Nova Zelândia), os quais criam as normas linguísticas, as obras de referência, como dicionários, livros e materiais didáticos e os exames de proficiência. O *Outer Circle* (Círculo Externo) engloba os países que adotaram o idioma inglês como segunda língua em contexto multilíngue (ex: Cingapura, Índia, Filipinas e Nigéria e mais de 50 outros territórios). O *Expanding Circle* (Círculo em Expansão) engloba os países que reconhecem a importância do inglês como uma língua internacional, embora não tenham sido colonizados por membros do *Inner Circle*, mas onde a língua inglesa é amplamente ensinada como língua estrangeira (ex: China, Japão, Rússia, Brasil e outros).

Posteriormente, esse círculo foi reformulado por seu autor, passando a apresentar vários círculos concêntricos menores, em diferentes gradações de cor, apresentando a disseminação do inglês em termos de proficiência linguística e não mais em termos de países e nacionalidades. O *Inner Circle* foi mantido, englobando os falantes nativos da língua. A seguir vêm os falantes proficientes na língua (*high proficiency non-native speakers*) e depois os falantes cujas habilidades linguísticas no idioma não são muito altas (*low proficiency non-native speakers*) (GRADDOL, 2006, p.110). O segundo círculo é apresentado a seguir:



2º. Círculo de Kachru

Fonte: Graddol, 2006, p. 110

4 | A LÍNGUA INGLESA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização tem sido conceituada, em termos gerais, como um processo dinâmico, que envolve intensas transformações de ordem econômica, social, cultural e política, visíveis desde o final do século XX, desencadeado pelos sucessivos avanços da tecnologia nas últimas décadas, os quais propiciaram a criação de uma

rede de conexões, não só de transportes, mas também de comunicações, como o rádio, a TV digital a cabo e, principalmente, a Internet. Estes avanços tendem a deixar as distâncias físicas, geográficas, sociais e culturais cada vez mais curtas, deixando o mundo cada vez mais interligado, “menor” e mais homogêneo, facilitando as relações sociais, culturais e econômicas, de forma rápida e eficiente, gerando uma quebra de fronteiras sem precedentes na história da humanidade (CRYSTAL, 2003; DI LUCCIO, 2010; LONGARAY, 2009).

O sociólogo Boaventura Sousa Santos (1997), professor da Universidade de Coimbra, considera difícil definir o fenômeno da globalização. De acordo com ele:

Muitas definições centram-se na economia, ou seja, na nova economia mundial que emergiu nas últimas duas décadas como consequência da intensificação dramática da transnacionalização da produção de bens e serviços e dos mercados financeiros (SANTOS, 1997, p. 107).

O autor esclarece que privilegia uma definição mais sensível às dimensões sociais, políticas e culturais, que remetem a diferentes conjuntos de relações sociais, que, por sua vez, originam diversos fenômenos de globalização. Segundo o mesmo, em rigor, o termo globalização só deveria ser usado no plural, por considerar vários tipos de globalização. Porém, diz ele:

[...] a globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local consegue estender a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival (SANTOS, 1997, p.108).

De acordo com Santos (1997), o fenômeno da globalização articula-se intrinsecamente com o fenômeno da localização. Segundo ele, [...] “aquilo a que chamamos globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinado localismo” (SANTOS, 1997, p.108), ou seja, [...] “não existe condição global para a qual não consigamos encontrar uma raiz local” (SANTOS, 1997, p.108). Para o autor, o fenômeno da propagação da língua inglesa, enquanto língua global, constitui um exemplo bem-sucedido de localismo globalizado, processo pelo qual determinada realidade local é globalizada com sucesso, no caso determinado por relações de poder e status econômico no mundo contemporâneo dos Estados Unidos da América e da Inglaterra. Segundo ele:

A sua propagação enquanto língua global implicou a localização de outras línguas potencialmente globais, nomeadamente a língua francesa. Quer isto dizer que, uma vez identificado determinado processo de globalização, o seu sentido e explicação integrais não podem ser obtidos sem se ter em conta os processos adjacentes de relocalização com ele ocorrendo em simultâneo ou sequencialmente (SANTOS, 1997, p. 108).

Dentro do novo cenário global, fica evidente que a rápida veiculação de informações e as facilidades de comunicação são de suma importância e uma língua comum, compartilhada por muitos, faz-se necessária. Nesse contexto, o inglês se impõe e tem se destacado como o “idioma que rege o discurso da globalização” ou o “latim dos nossos tempos”, nas palavras de Moita Lopes (2005).

Di Luccio assinala muito apropriadamente que:

O fato inquestionável é que quanto maior a necessidade de comunicação entre grupos de línguas diferentes, maior é a necessidade de uma língua comum para possibilitar tal comunicação. Esta língua favorece a realização de negócios e acordos políticos e financeiros. Além disso, uma língua global viabiliza a aproximação de membros de comunidades linguísticas distintas e permite eliminar ou reduzir os custos com tradução, utilizada em eventos internacionais (DI LUCCIO, 2010, p.45).

Em decorrência da notável utilização do inglês como ferramenta de comunicação internacional no cenário globalizado, várias distintas denominações têm-lhe sido atribuídas: língua internacional, língua global, língua franca, inglês mundial, *globish* (NERRIÈRE, 2004), dentre outras. Na realidade, podemos observar uma profusão terminológica já existente e notamos que nem sempre há uma tentativa de se definir com clareza o que distingue cada termo ou expressão; por outro lado, quando há essa definição, a mesma não tem sido acordada por linguistas e outros estudiosos, pois é comum verificarmos o mesmo termo sendo utilizado de diferentes formas ou termos diferentes sendo usados como equivalentes (SILVA, 2012).

Dentre as várias denominações encontradas na literatura pesquisada selecionamos três, que apresentamos a seguir, por considerá-las as mais relevantes, apoiando-nos nos autores que as criaram ou as utilizam e defendem.

5 | **INTERNATIONAL ENGLISH (IE)**

Esta é a expressão considerada a forma curta e mais popular para *English as an International Language (EIL)*. No entanto, a forma mais longa é considerada mais precisa porque ressalta o uso internacional do inglês, em vez de sugerir, erroneamente, que existe uma variedade claramente distinta chamada *International English* (SEIDLHOFER, 2003). McKay (2002) faz uso dessa forma abreviada em seu livro intitulado *Teaching English as an International Language* e ressalta que é a inteligibilidade entre os interlocutores o que deve ser assegurado no ensino do inglês como língua internacional e que os aprendizes devem aprender a desenvolver a tolerância com relação à cultura do outro e, ao mesmo tempo, valorizar a sua própria, sentindo-se confortáveis com a diversidade. Além disso, os alunos devem adquirir uma competência pragmática e não necessariamente buscar o modelo do falante nativo.

Outro autor, Widdowson (1997), também faz uso da expressão *English as an International Language (EIL)*, usando a forma por extenso e para descrever o uso específico da língua inglesa com propósitos internacionais, profissionais e acadêmicos, principalmente na versão escrita da língua, subentendendo um tipo de inglês independente, livre de associações a uma variedade principal (LONGARAY, 2009).

6 | GLOBAL ENGLISH (GE)

Esta denominação é mais recente que a anterior e foi popularizada pelo linguista inglês David Crystal (2003) em seu livro *English as a Global Language*, no qual apresenta um histórico sobre o passado, o presente e possível futuro do idioma, o qual ele considera essencial para a comunicação internacional. Para o autor, uma língua atinge o status de língua global quando desempenha um papel de importância especial, que é reconhecido pelos outros países. Segundo ele, é necessário que a mesma seja falada por um grande número de pessoas, mas não apenas como língua materna. No caso do inglês, este é falado como língua materna nos Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, Irlanda, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, em vários países do Caribe e em mais alguns outros territórios, mas o uso como língua materna por si só não é suficiente para lhe conferir o status global. Segundo o autor, para que esse status seja alcançado, é necessário que a língua seja adotada oficialmente também por outros países ao redor do mundo, que lhe seja dado um lugar especial dentro de suas comunidades, que seja feita língua oficial ou semioficial, que seja utilizada por órgãos do governo, em cortes de justiça, na mídia e no sistema educacional. Neste caso, ela é considerada uma segunda língua, um complemento à língua materna. Isso é o que acontece com o inglês atualmente, que possui um status especial em mais de setenta países, como Gana, Nigéria, Índia, Cingapura, Ruanda e outros. Também no caso em que a língua seja considerada prioridade num país no ensino de segunda língua, embora não seja oficial. Segundo Crystal (2003), nenhum outro idioma atingiu tal status anteriormente; atualmente, ele é o mais extensivamente ensinado como segunda língua ou língua estrangeira em mais de 100 países, como: China, Japão, Rússia, Brasil, Espanha, Noruega, Suécia, Egito e outros. Pelas razões acima ele é considerado a língua global da contemporaneidade e estima-se que seja utilizado por um quarto da população mundial (LONGARAY, 2009).

7 | ENGLISH AS A LINGUA FRANCA (ELF)

Essa denominação é decorrente da sua notável expansão para comunicação

entre pessoas de culturas e línguas diversas. Outras línguas, em séculos passados, também foram consideradas línguas francas, como o latim e o grego. Esse tema foi muito estudado por Seidlhofer (2003, 2005), que defende a utilização de uma língua inglesa padrão como língua de comunicação na contemporaneidade, também chamada por ela de “língua de contato”, ou seja, uma língua flexível, com a capacidade de se moldar de acordo com o grupo de falantes que a utilizam. Segundo a autora, a expressão *English as a Lingua Franca* é equivalente ao *Global English* de Crystal e ao *International English* de McKay (SEIDLHOFER, 2005) e as interações com a *Língua Franca* devem concentrar-se mais na função, na eficiência comunicativa e não na forma ou correção do uso da língua.

8 | BREVE HISTÓRIA E TRAJETÓRIA DA LÍNGUA INGLESA NO BRASIL

No Brasil, atualmente, assim como em nível global, a língua inglesa vem tendo o seu ensino e aprendizado cada vez mais disseminado para fins e objetivos econômicos, culturais, científicos, profissionais e turísticos, com vistas a possibilitar o intercâmbio e a comunicação com os mais diversos povos, falantes nativos e não nativos desse idioma. Historicamente, entretanto, o início da preocupação com o ensino formal da língua inglesa no Brasil surgiu a partir da vinda do Príncipe Regente de Portugal, D. João VI, com a corte portuguesa, para o Rio de Janeiro, em 1808. No início do século XIX, em decorrência do fechamento dos portos europeus aos navios ingleses por Napoleão Bonaparte, a fim de evitar um conflito com a Inglaterra (parceira comercial de Portugal) e fugir das tropas francesas, o Príncipe Regente fugiu para o Brasil. Nisso ele foi apoiado pela Inglaterra e viajou escoltado pela marinha britânica. A partir daí houve um fortalecimento das relações amigáveis e comerciais entre a Inglaterra e o Brasil, e os ingleses tiveram permissão para aqui estabelecer escritórios e casas comerciais (NAVES; VIGNA, 2008; NOGUEIRA, 2007; OLIVEIRA, 1999; VIDOTTI, 2010). Essa presença inglesa no Brasil foi registrada por Gilberto Freyre (2000) em sua obra *Ingleses no Brasil*:

A presença da cultura britânica no desenvolvimento do Brasil, no espaço, na paisagem, no conjunto da civilização do Brasil, é das que não podem – ou não devem? – ser ignoradas pelo brasileiro interessado na compreensão e na interpretação do Brasil (FREYRE, 2000, p. 46).

D. João VI proporcionou algumas mudanças fundamentais no panorama cultural e educacional brasileiro com a criação de instituições como: a Imprensa Régia, a Biblioteca Pública, o Teatro Real de São João, o Museu Nacional, dentre outras. Criou, também, as primeiras cadeiras de línguas estrangeiras no Rio de Janeiro, uma de língua francesa e outra de língua inglesa, por meio do Decreto

nº 29, de 14 de julho de 1809. Os objetivos disso eram pragmáticos. Na época a língua francesa era considerada a língua “universal”. O ensino da língua inglesa, em posição complementar, justificava-se pelo aumento das relações comerciais com os ingleses e para a capacitação de profissionais brasileiros para atender à demanda do mercado de trabalho da época, que passou a ser muito influenciado pelos ingleses. (NOGUEIRA, 2007; OLIVEIRA, 1999; VIDOTTI, 2010).

Segundo Vidotti (2010), após a promulgação do Decreto nº 29, o ensino da língua inglesa parece ter tido dificuldade de implementação no Brasil, pelo menos até 1837, quando da sua inclusão no currículo escolar do recém-criado Colégio Pedro II e da solidificação da Instrução Pública Secundária. Ao longo das décadas seguintes o ensino do inglês na educação pública enfrentou dificuldades, como a falta de valorização (pois o francês era a língua “universal”), falta de metodologia de ensino adequada e também foi afetado por várias e diferentes reformas no âmbito educacional, promovidas por diferentes ministros, chegando algumas vezes a ser excluído do currículo obrigatório ou tendo o seu ensino facultativo (NOGUEIRA, 2007; OLIVEIRA, 1999).

Um incentivo à difusão da língua e cultura inglesa no país veio no ano de 1934 com a criação da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa na cidade do Rio de Janeiro e, um ano depois, na cidade de São Paulo. Em 1938, foi aberto o Instituto Universitário Brasil-Estados Unidos, que mais tarde passou a chamar-se União Cultural Brasil-Estados Unidos, também na capital de São Paulo (NOGUEIRA, 2007).

Em 1961 foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelecia que o ensino de uma língua estrangeira (LE) moderna era o único do núcleo comum a ter obrigatoriedade apenas parcial para o 1º grau, mas recomendava a inclusão da mesma onde e quando o estabelecimento tivesse condições de ministrá-la com eficiência (NOGUEIRA, 2007). Dez anos depois foi publicada a LDB de 1971, que reduzia ainda mais a carga horária de LE. Isso ainda foi agravado por um parecer posterior do Conselho Federal que dizia que a língua estrangeira deveria ser oferecida por acréscimo e de acordo com as condições de cada estabelecimento de ensino, o que levou muitas escolas a tirarem a LE do 1º grau e a reduzirem a carga horária do 2º grau para até uma hora por semana (LEFFA, 1999; NOGUEIRA, 2007).

Em 20/12/1996 foi promulgada a nova LDB, a lei no. 9394, que, de acordo com o seu artigo 26, § 5º, torna obrigatório o ensino de LE a partir da quinta série do Ensino Fundamental. Estabelece, também, que no Ensino Médio seja incluída uma língua estrangeira moderna, numa disciplina obrigatória, a ser escolhida pela comunidade escolar e também uma segunda língua estrangeira optativa, dentro das possibilidades da instituição. As escolas, normalmente, optam pelo ensino do inglês como disciplina obrigatória (BRASIL, 1996; LEFFA, 1999; NOGUEIRA, 2007). De acordo com os

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), publicados pelo Ministério da Educação em 1998, que complementam a nova LDB, esta recupera a importância das línguas estrangeiras modernas, valorizando-as como indispensáveis aos estudantes para se integrarem a um mundo moderno e globalizado (BRASI,1996; BRASIL,1998; BRASIL, 2000; LEFFA, 1999; NOGUEIRA, 2007; NAVES; VIGNA, 2008).

Os estudiosos do assunto, no entanto, ressaltam que o ensino de línguas estrangeiras modernas nas escolas públicas de nosso país não tem recebido a devida importância e assinalam problemas como: a falta de docentes qualificados, o uso de metodologia inadequada, materiais didáticos não apropriados, ou até mesmo inexistentes em algumas escolas, turmas muito grandes, etc. Consequentemente, estudos realizados sobre o assunto revelam que, infelizmente, o ensino de inglês nas escolas públicas é considerado insatisfatório e deficitário para preparar adequadamente os alunos para a vida profissional na atual competitiva sociedade globalizada, na qual conhecimentos de língua estrangeira, preferencialmente o inglês, são necessários para se ficar em consonância com os avanços da informação, do conhecimento, da tecnologia e da ciência (LEFFA, 1999; NAVES; VIGNA, 2008; NOGUEIRA, 2007; PAIVA, 2003; SANTOS, 2011).

Embora as políticas educacionais não assegurem uma inserção de qualidade do ensino de língua inglesa nas escolas públicas, o momento atual de estarmos vivendo na era da globalização, com o uso já bastante difundido da Internet e o uso das novas tecnologias de comunicação, tem despertado uma grande parte da sociedade brasileira, principalmente nas regiões e centros urbanos mais desenvolvidos do nosso país, para a importância de se dominar a língua inglesa como uma ferramenta de comunicação necessária na sociedade contemporânea, para uma competência comunicativa mais abrangente e inserção na comunidade globalizada.

No Brasil, atualmente, em geral e principalmente nos centros urbanos, podemos facilmente constatar o uso corrente de muitos vocábulos da língua inglesa na vida cotidiana e podemos verificar que uma conjunção de fatores tem levado as classes mais abastadas e privilegiadas a buscarem a aprendizagem do inglês, para si ou para seus filhos, em escolas livres de idiomas, ou colocarem-nos em escolas regulares particulares nas quais um ensino de inglês de bom nível é oferecido, ou, ainda, matriculem-nos em escolas bilíngues, que estão proliferando em alguns centros urbanos do país.

O ensino de línguas estrangeiras modernas no Brasil é oferecido em contextos distintos de escolas regulares, públicas e particulares, em escolas livres de línguas ou através da Internet. Paralelamente, podemos observar a proliferação de escolas de idiomas, franqueadas ou não, em muitos centros urbanos brasileiros. Dentre essas instituições, podemos citar: Cultura Inglesa, CCAA (Centro Cultural Anglo-americano), CNA (Cultural Norte Americano), Instituto Brasil-Estados Unidos, *Wise*

Up, Park Idiomas, Fisk, Wizard Idiomas, dentre outras. Das que funcionam via Internet podemos citar as escolas *English Live* (<https://englishlive.ef.com/pt-br/>) e *Open English* (www.openenglish.com.br/). Temos, também, presenciado o surgimento de instituições particulares de ensino bilíngues, de nível infantil, fundamental e médio, pois o domínio do inglês tem se tornado um requisito cada vez mais necessário para a preparação dos jovens, para futuro ingresso, permanência e ascensão no mercado de trabalho; ou para uma futura vida acadêmica e ingresso em cursos profissionais de formação continuada, em nível de especialização e pós-graduação.

Aulas de inglês também são oferecidas em alguns cursos técnicos, tecnológicos e de nível superior, com o objetivo de complementar a formação profissional, fornecendo aos alunos um inglês de conteúdo acadêmico, técnico ou comercial, que lhes permita a leitura e compreensão de textos, artigos, bibliografia especializada, manuais técnicos e o uso da língua em contextos profissionais específicos, principalmente em áreas como engenharia, economia e administração. Isso é o que podemos constatar em alguns cursos técnicos e tecnológicos oferecidos nas Faculdades de Tecnologia do Centro Paula Souza - FATEC, (www.cps.sp.gov.br) com campi em muitas cidades do estado de São Paulo e também no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFSP (www.ifsp.edu.br) do estado de São Paulo, igualmente com campi em várias cidades do nosso estado.

Em algumas universidades brasileiras, nos últimos anos, o ensino de língua inglesa tem sido oferecido e até ofertadas aulas da grade curricular em esquema bilíngue quando possível, numa tentativa de melhor preparar os seus alunos e propiciar-lhes o contato com universidades de outros países e intercâmbio acadêmico e cultural.

Em 2012, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) implantou o programa “Inglês sem Fronteiras”. Conforme extraído do seu site:

[...] foi elaborado a partir da necessidade de se aprimorar a proficiência em língua inglesa dos estudantes universitários brasileiros, com o objetivo de proporcionar-lhes oportunidades de acesso a universidades de países anglófonos por meio do Programa Ciência sem Fronteiras. Para atender tal demanda, suas ações incluem a oferta de cursos a distância e cursos presenciais de língua inglesa, além da aplicação de testes de proficiência.

Essa iniciativa possui um escopo ainda mais abrangente. Fruto do trabalho conjunto entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Secretaria de Educação Superior (SESu) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), seu principal objetivo é incentivar o aprendizado do idioma inglês e propiciar uma mudança abrangente e estruturante no ensino de idiomas estrangeiros nas universidades do País (MEC, 2012).

Em 2014, o MEC ampliou o leque de idiomas estrangeiros ofertados lançando o “Programa Idiomas sem Fronteiras” (IsF) e, desse modo, o “Inglês sem Fronteiras” passou a ser uma ramificação do novo projeto.

Finalizando, atualmente, o ensino da língua inglesa no Brasil está sendo cada vez mais disseminado e oferecido em contextos distintos, propiciando, favorecendo e promovendo a inserção dos brasileiros no âmbito internacional de uma sociedade globalizada.

9 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na era da globalização, caracterizada como a era da informação e do conhecimento, marcada pela intensa e praticamente instantânea comunicação entre diferentes culturas e povos, a necessidade de uma língua internacional, seja para que finalidade for, é reconhecida e inegável. O processo de globalização impulsionou o uso e a difusão da língua inglesa, que está sendo considerada a língua da globalização (ORTIZ, 2007), status que parece inquestionável e irreversível nos dias atuais. Sua presença é constante em quase todas as áreas de nossa sociedade dita globalizada e ela vem sendo utilizada por falantes distintos ao redor do planeta como uma ferramenta para favorecer a sua inserção social e promoção cultural e profissional. A globalização tem afetado quase todos os setores da sociedade e, mais do que nunca, comunicação e conhecimento caminham juntos e constituem poder. Na atual e competitiva sociedade globalizada, a capacidade e domínio de uma comunicação eficiente e abrangente são cada vez mais exigidos e valorizados para a inclusão do ser humano no mercado de trabalho, interação e ascensão pessoal e profissional. Isso nos dias atuais exige o domínio da língua inglesa, sejamos a favor ou contra a utilização da mesma em nosso meio. O bilinguismo, ou o multilinguismo, é cada vez mais necessário e valorizado.

No Brasil, assim como no atual contexto global, o uso da língua inglesa está presente no cotidiano de muitos cidadãos, principalmente nos centros urbanos, e o seu aprendizado se impõe para a consecução de objetivos diversos, pessoais e profissionais, e possibilitar o intercâmbio com outros povos. Entendemos que na sociedade contemporânea o mundo midiático exige de um indivíduo muito mais do que era exigido em séculos passados e, assim, espera-se que ele seja capaz de falar, ler, escrever e entender uma LE, de preferência a inglesa, para exercer sua cidadania de forma mais ampla. A aprendizagem de uma LE propicia uma ampliação dos horizontes culturais, intelectuais, o conhecimento da diversidade cultural e uma consciência global. Schutz (2012) considera o monolinguismo como o analfabetismo dos tempos modernos.

A bibliografia pesquisada evidencia que, atualmente, o número de falantes não nativos da língua inglesa já ultrapassou o de seus falantes nativos. A sua fenomenal expansão e apropriação nos mais diversos contextos levou alguns autores a falarem em uma “desvinculação entre língua e nação” e uma crescente “desterritorialização”

da mesma, ao mesmo tempo que afirmam que desconhecê-la em tempos de globalização é desaconselhável. Alegam que a sua notável expansão a torna uma língua de todos os que a falam e que “desterritorializada” das suas origens fica sujeita a “deformações” por falantes não nativos com os seus diversos e diferentes sotaques (ASSIS-PETERSON; COX, 2007; BRUMFIT, 2001; ORTIZ, 2006; SEIDLHOFER, 2003). Toda língua é dinâmica, flexível e passível de alterações e acréscimos com o decorrer do tempo, pois absorve características culturais e sociais de seus usuários e os avanços em pesquisa sociolinguística indicam claramente a extensão em que as línguas são moldadas pelo seu uso (BRUMFIT, 2001). De acordo com Seidlhofer (2003) e Brumfit (2001), o poder de alterar ou moldar a língua inglesa, doravante, está predominantemente nas mãos de seus usuários competentes, que chegam a 700 milhões e que moram em todos os continentes, dos quais menos da metade são falantes nativos.

Finalizando, alguns outros autores, ainda, consideram que a crescente propagação da língua inglesa em escala global representa uma ameaça potencial para outras línguas minoritárias, por ameaçá-las de extinção (ASSIS-PETERSON; COX, 2007; BRUMFIT, 2001; CRYSTAL, 2003; PHILLIPSON, 1992).

REFERÊNCIAS

ASSIS-PETERSON, A.A.; COX, M.I.P. Inglês em tempo de globalização: para além do bem e do mal. In: **Calidoscópico**. Unisinos, RS. v.5, n.1. p. 5-14, jan/abr, 2007. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio>> Acesso em: 6 ago. 2017

CARMO, J.G.B. **O espaço cibernético**, 2002. Disponível em: <<http://www.educacaoliteratura.com.br/index%2069.htm>> Acesso em: 11 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho da Educação Nacional. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei nº 9.394/96, de 20/12/1996**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 3 out. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): língua estrangeira**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf> Acesso em: 3 out. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Ensino Médio: Linguagem, códigos e suas tecnologias**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf> Acesso em: 3 out. 2017.

_____. **Ministério da Educação e Cultura – MEC**, 2012. Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/inglesa/pt-br/historico>> Acesso em: 18 mai. 2014.

BRUMFIT, C. Teaching English as a world language. In: **Individual Freedom in Language Teaching**. Helping Learners to Develop a Dialect of their Own. Oxford, OUP, p.115-125, 2001.

CRYSTAL, D. **English as a Global Language**. 2ª. ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

DI LUCCIO, F. **Do Iluminismo à web semântica**: reflexões sobre a comunicação com base em uma única língua. 165f. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

FREYRE, G. **Inglese no Brasil**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Top Books Editora e Distribuidora de Livros Ltda., 2000.

GRADDOL, D. **English Next**. British Council, U.K., 2006. Disponível em: <www.britishcouncil.org/learning-research> Acesso em: 6 jun. 2016.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEFFA, V.J. O ensino de LE no contexto nacional. In: **Contexturas**, APLIESP, n. 4, p. 13-24, 1999.

LONGARAY, E.A. **Globalização, anti-imperialismo e o ensino de inglês na era pós-moderna**. 249f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

McKAY, S.L. **Teaching English as an International Language**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

MOITA LOPES, L.P. Inglês no mundo contemporâneo: ampliando oportunidades sociais por meio da educação. Texto básico apresentado no simpósio “**Inglês no mundo contemporâneo: ampliando oportunidades sociais por meio da educação**”, patrocinado pela TESOL International Foundation. São Paulo: Centro Brasileiro Britânico. 25-26 de abril de 2005b. Inédito.

NAVES, R.R.; VIGNA, D.D. **Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o ensino de inglês no Brasil**. 2008. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/viewFile/29/20>> Acesso em: 12 set. 2017

NERRIÈRE, J.P. **Globish**, 2004. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/Globish_\(Nerriere\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Globish_(Nerriere))> Acesso: 19 ago. 2017.

NOGUEIRA, M.C.B. **Ouvindo a voz do (pré)adolescente brasileiro da geração digital sobre o livro didático de inglês desenvolvido no Brasil**. 182f. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, L.E.M. **A historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)**. 195f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária). Faculdade de Letras. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 1999.

ORTIZ, R. **Mundialização: saberes e crenças**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAIVA, V.L.M.O. A LDB e a Legislação Vigente sobre o Ensino e a Formação de Professor de Língua Inglesa. In: STEVENS, C.M.T. **Caminhos e colheitas: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil**. Brasília: Ed. UnB, p.53-84, 2004.

PHILLIPSON, R. **Linguistic imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

SANTOS, B.S. Uma concepção multicultural de direitos humanos. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n.48, jun.1997.

SANTOS, E.S.S. O ensino da língua inglesa no Brasil. In: **BABEL: Revista Eletrônica de Línguas e Literaturas Estrangeiras**, n.01, dez. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/babel/article/view/99>> Acesso em : 10 ago. 2017.

SCHUTZ, R. **Monolingüismo**: o analfabetismo dos tempos modernos, 2012. Disponível em: <<http://www.sk.com.br/sk-monol.html>> Acesso em: 10 ago. 2017.

SEIDLHOFER, B. **A concept if international English and related issues**: from 'real English' to 'realistic English'? Language Policy Division, Council of Europe. Strasbourg, 2003.

_____ English as a lingua franca. In: **ELT Journal**, v. 59, n.4, p.339-341, out. 2005.

VIDOTTI, J.J. A presença britânica e a língua inglesa na corte de D. João. In: **HELB – História do ensino de línguas no Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-4-no-4-12010/141-a-presenca-britanica-e-a-lingua-inglesa-na-corte-de-d-joao>> Acesso em: 8 ago. 2017.

WIDDOWSON, H.G. The forum: EIL, ESL, EFL: global issues and local interests. In: **World Englishes**, v.16, n.1, p.135-146, 1997.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 24, 112, 119, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 191, 194, 255
Arte 1, 3, 8, 26, 27, 28, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 52, 54, 56, 109, 110, 111, 116, 118, 131, 136, 140, 150, 214, 243, 257, 264
Arte rupestre 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 54, 56
Avaliação 71, 106, 136, 137, 138, 139, 150, 152, 156, 157, 160, 175, 180, 203, 204, 206, 215

C

Cavaleiros 57, 64
Cidade 34, 35, 55, 59, 60, 63, 65, 68, 74, 94, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 113, 140, 147, 183, 185, 248, 263
Ciências 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 99, 101, 103, 111, 119, 120, 140, 159, 160, 171, 172, 197, 209, 217, 218, 230, 233, 236, 245, 252, 261, 264, 265, 267, 269
Ciências humanas 111, 171, 197, 217, 233
Composição 1, 3, 4, 5, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 123, 127
Criminalização 197, 198, 201

D

Deficiências 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 194
Diálogo 1, 2, 6, 8, 11, 17, 26, 76, 114, 116, 170, 260
Direitos humanos 99, 112, 197, 200, 201, 202, 204, 208, 209, 212, 260, 263, 264, 269

E

Eficácia 203, 206, 211
Elites 218, 219, 224, 225, 228, 234
Ensino fundamental 71, 74, 75, 82, 94, 112, 121, 124, 125, 134, 151, 238, 243
Escrita 9, 10, 12, 14, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 25, 32, 37, 38, 39, 40, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 77, 79, 80, 92, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 251

G

Gestão 41, 74, 75, 105, 112, 117, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 149, 159, 173, 174, 178, 179, 180, 181, 182, 189, 194, 195, 218, 220, 224, 228, 231, 234

I

Identidade 9, 10, 22, 24, 25, 53, 55, 74, 99, 112, 115, 122, 134, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 154, 155, 157, 168, 206, 210, 215, 269
Inserção 67, 95, 97, 124, 140, 141, 142, 159, 167, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 195, 219, 222, 224, 228, 233, 255
Interpretação 9, 10, 11, 12, 13, 15, 20, 22, 24, 25, 31, 38, 39, 42, 52, 53, 64, 68, 73, 93, 103, 147, 164, 207, 213, 215

J

Jesuítas 57, 59, 61, 63, 69, 147, 252

L

Língua inglesa 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100

Livro didático 73, 99, 121, 125, 126, 130

M

Mulher 137, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217

N

Narrativa 1, 2, 5, 7, 8, 59, 114, 135, 139, 204, 206, 213, 214, 217

Negro 121, 122, 123, 124, 127, 128, 130, 131

O

Oralidade 8, 9

P

Poder econômico 87, 218, 226

Poesia 1, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 247

Políticas públicas 103, 107, 112, 114, 117, 119, 121, 125, 128, 134, 138, 142, 143, 146, 198, 207, 209, 214, 215, 216, 218, 222, 225, 269

Produção 1, 4, 6, 9, 11, 12, 13, 23, 25, 26, 29, 39, 42, 46, 67, 69, 90, 101, 102, 103, 106, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 122, 126, 132, 135, 136, 148, 151, 156, 158, 165, 207, 230, 249, 252, 259, 260, 264, 265, 266

Projeto de extensão 27, 34, 35, 159

R

Representações sociais 159, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172

S

Saúde 80, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 117, 125, 142, 159, 160, 161, 170, 172, 178, 187, 197, 202, 203, 204, 206, 208, 209, 212, 216, 217, 241, 243, 244, 252

Substâncias psicoativas 197, 198, 199, 200, 201, 202

Sujeito 8, 42, 63, 72, 74, 78, 80, 112, 114, 122, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 157, 162, 163, 165, 167, 263, 264, 266, 267

T

Tecnologia 1, 24, 43, 63, 83, 89, 95, 96, 120, 173, 183, 245, 252

U

Universidades públicas 132, 138, 139

V

Violência doméstica 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217

